



Tornar-se um Agente de Mudança para a Cidadania Rural -
Um Programa de Qualificação para Zonas Rurais Europeias

"Tornar-se um Agente de Mudança para a Cidadania Rural - Um Programa de Qualificação para Zonas Rurais Europeias"

Conceito Comum do projeto

Autores:

finep – forum for international development + planning (Alemanha, www.finep.org):

Petra Schmettow, Annegret Kurze, Dr. Peter Patze-Diordiyshuk

Colaboração e Revisão:

Agora Central Europe (República Checa, www.agora-ce.cz):

Vojtěch Černý e Tomáš Bazala

Balkan Assist Association (Bulgária, www.balkanassist.bg): Slaveya Hristova e Vladimira Tsvetkova

Jaan Tõnisson Institute (Estónia, www.jti.ee/en): Sulev Valdmaa

Monte ACE (Portugal, www.monte-ace.pt): Inácia Lopes Rebocho

Mais informações sobre o projeto em: www.quapro.eu

Outubro de 2014



Tornar-se um Agente de Mudança para a Cidadania Rural -
Um Programa de Qualificação para Zonas Rurais Europeias

Índice

1. Sumário	4
2. Avaliação de Necessidades	5
3. Descrição do Curso	9
3.1Objetivos.....	9
3.2Grupos-alvo	9
3.3Estrutura organizativa	11
3.4Conteúdos do curso.....	12
3.5A nossa abordagem à educação de adultos.....	12
4.Transferibilidade	13



1. Sumário

Em toda a Europa, as zonas rurais enfrentam problemas e desafios para o futuro semelhantes, como por exemplo a perda de oportunidades de emprego, um desenvolvimento comparativamente baixo das infraestruturas, baixas taxas de natalidade e um envelhecimento geral da população. Em resultado destes fatores, os principais atores que moldam a vida da comunidade e contribuem para o seu desenvolvimento - políticos, administração pública e sociedade civil - precisam de reaprender os seus papéis e de serem apoiados na reanimação do seu envolvimento.

O facto de reconhecermos esta necessidade, não só a nível local, mas também a nível europeu, é o principal motor que está por trás do projeto "Tornar-se um Agente de Mudança para a Cidadania Rural - Um Programa de Qualificação para as Zonas Rurais Europeias (QuaPro). No âmbito deste projeto, concebemos e testámos três cursos: na Alemanha, na República Checa e na Bulgária. Estamos ainda a trabalhar a nível europeu para divulgar os resultados obtidos através destas experiências.

Os parceiros do projeto procuraram utilizar um conjunto de abordagens inovadoras para a criação de um novo curso:

1. Tanto quanto sabemos, trata-se do primeiro programa de aprendizagem a nível europeu dirigido simultaneamente aos três principais atores que moldam o desenvolvimento municipal - as administrações públicas, os decisores políticos e a sociedade civil -, melhorando a cooperação com vista à sustentabilidade e bem-estar das comunidades.
2. Além disso, trata-se do primeiro programa de aprendizagem a nível europeu que considera o envolvimento civil (entendido como a tomada de ação cívica e um contributo para o desenvolvimento das comunidades rurais) e a participação pública (entendida como um contributo para um processo decisório democrático) como duas abordagens inter-relacionadas.
3. O programa está especificamente concebido para os cidadãos, políticos locais e representantes da administração local das zonas rurais.

Este é um documento de trabalho que reflete os resultados do processo de trabalho desenvolvido pelos parceiros do projeto entre a primavera de 2013 e o outono de 2014 e inclui considerações preliminares e reflexões sobre os três cursos experimentais que foram realizados entre março e junho de 2014. Este artigo apresenta as necessidades, os objetivos e a abordagem escolhida, permitindo assim o acesso de terceiros à transferibilidade da abordagem tendo em conta as suas necessidades de ação específicas.



2. Avaliação de Necessidades

A emigração e a população envelhecida colocam pressão sobre os serviços locais

Em toda a Europa, as zonas rurais enfrentam problemas e desafios para o futuro muito semelhantes: o ritmo das alterações sociais e económicas tem vindo a colocar uma pressão crescente sobre as comunidades rurais ao longo das duas últimas décadas. As alterações estruturais ocorridas no setor agrícola resultaram na perda de oportunidades de emprego neste setor. Um desenvolvimento comparativamente baixo das infraestruturas significa que outras indústrias geradoras de emprego não foram atraídas para estas zonas em quantidade significativa. Consequentemente, parte da população, especialmente os jovens, instalou-se nas zonas urbanas, deixando os idosos para trás. Esta circunstância é exacerbada por uma alteração demográfica caracterizada por baixas taxas de fertilidade e um envelhecimento geral da população. A perda de população conduz a uma redução dos serviços públicos e privados, o que diminui a qualidade de vida nas zonas rurais, acelerando a emigração.

Novos desafios para os decisores

Esta realidade constitui-se como um círculo vicioso de questões e interdependências complexas para as comunidades rurais (por exemplo, como tornar a comunidade num local adequado para os idosos viverem; a existência de edifícios vazios no centro da vila/aldeia como resultado da perda de população, o incremento das TIC como forma de devolver os serviços que desapareceram fisicamente e aproximá-los da população rural). Muitas vezes, os decisores políticos e as administrações públicas das zonas rurais não possuem a experiência técnica necessária nas áreas exigidas por forma a tomarem decisões coerentes e sensatas no âmbito destas questões. Por vezes, torna-se também difícil transmitir a informação nas zonas rurais. Estarão os jornais e rádios locais e os sítios web das instituições preparados? Os decisores têm de identificar novas abordagens para lidar e responder aos desafios complexos que as comunidades rurais estão atualmente a enfrentar. Têm de se apoiar no conhecimento e na experiência dos cidadãos, envolvendo-os no desenvolvimento de abordagens inovadoras aos desafios sociais do século XXI.

Alterações sociais na sociedade civil

A sociedade civil organizada que, em grande medida, oferece serviços nas áreas da saúde, serviço social, cultura ou desporto, era tradicionalmente muito forte na Europa Ocidental rural (atraindo um grande número de membros e cidadãos ativos como voluntários) e tem emergido lentamente nos estados-membros pós-comunistas da UE. Contudo, um pouco por toda a Europa, as tendências têm sido para uma crescente individualização, a perda de força das redes sociais, a migração de cidadãos para zonas (urbanas) economicamente mais desenvolvidas e/ou uma tendência crescente das pessoas para limitarem o seu envolvimento civil a projetos de curto prazo (ou seja, durante um prazo de tempo pré-definido e com um objetivo claramente identificado), em vez de se vincularem a longo prazo. Consequentemente, muitas vezes as pessoas não se vinculam a trabalhos voluntários que sirvam o interesse público.



Novas interdependências

No entanto, este envolvimento é precisamente aquilo de que as comunidades das zonas rurais precisam. Os grandes cortes no orçamento público resultaram numa redução (tanto na quantidade como na qualidade) dos serviços públicos. Consequentemente, as administrações municipais dependem cada vez mais dos cidadãos para cumprirem os seus deveres públicos e estão a apelar aos cidadãos para se envolverem de forma ativa. Existe uma boa justificação para o facto de a Política de Coesão Europeia 2014-2020 "Desenvolvimento Local de Base Comunitária" salientar a importância das estratégias de desenvolvimento local. No entanto, isto requer alterações em termos de estruturas e medidas por parte da administração pública por forma a encorajar os cidadãos a envolverem-se e criar as condições de enquadramento necessárias para os que são ativos, gostariam de se manter ativos e se sentem frequentemente negligenciados. A recolha e divulgação de informação nas zonas rurais é ameaçada pelas tendências de centralização dos meios de comunicação e pelo declínio dos órgãos locais.

Face a estes problemas, desafios e constrangimentos complexos, parece ser particularmente vital para as zonas rurais que os vários atores tomem medidas de forma concertada para manter a sustentabilidade da comunidade e aumentar o seu desenvolvimento. Por um lado, os cidadãos precisam de se tornar mais ativos no que diz respeito a assuntos públicos e, por outro lado, os políticos e as administrações locais precisam de envolver os cidadãos na definição do futuro da aldeia, da vila ou da zona onde vivem, seja permitindo a participação política dos cidadãos no planeamento e nas decisões públicas (doravante designada participação pública) ou encorajando os cidadãos a envolverem-se em ações de voluntariado concebidas para tratar de questões de interesse público).

Conhecimento aprofundado dos contextos urbanos

Esta necessidade de um maior envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos tem vindo a ganhar importância em muitos países europeus ao longo dos últimos anos. Os recentes protestos dos cidadãos perante projetos de infraestruturas de grande escala ou contra os cortes nos orçamentos públicos devido à crise financeira em 2010/2011 revelaram que estavam em curso alterações sociais. Os cidadãos estão mais interessados nas questões públicas e exigem uma democracia mais direta e deliberativa. Em certa medida, os decisores políticos das comunidades rurais ficaram também mais cientes deste facto. No entanto, cumpre dizer que as zonas urbanas têm mais experiência em termos de participação pública porque a maior parte dos processos de participação pública tiveram início em contextos urbanos, no âmbito de questões relacionadas com o planeamento urbano, o desenvolvimento de infraestruturas e, em parte, com decisões sobre investimentos.

Falta de transferência de conhecimentos

Existe pouca informação disponível sobre estas questões nas zonas rurais ou, então, o acesso a esta é limitado. Por vezes, o êxodo rural deixa para trás os menos instruídos, o que se pode constituir como um entrave à transferência de conhecimentos. Além disso, os recursos e ofertas educativas atualmente disponíveis



- dizem respeito, ou à participação pública na definição do planeamento/das políticas, ou ao envolvimento no voluntariado cívico (apesar de as duas estarem estreitamente interligadas), sem terem devidamente em conta as especificidades das zonas rurais,
- estando centrados em aspetos metodológicos específicos das duas questões.
- Além disso, são dirigem-se demasiadas vezes apenas aos decisores políticos ou apenas aos funcionários públicos.

É essencial uma interação eficiente e pacífica entre políticos, administração pública e cidadãos para a solução dos problemas das comunidades, especialmente nas zonas rurais, onde os recursos financeiros e humanos são limitados. Contudo, as perspetivas sobre a cidadania ativa e a necessidade de envolver os cidadãos divergem entre decisores políticos, cidadãos e funcionários públicos. Existe uma falta de entendimento sobre o papel de cada um e uma falta de know-how metodológico.

Temas comuns e aspetos divergentes

Apesar desta avaliação global de necessidades, os pontos de partida e as experiências relacionadas com a participação dos cidadãos na definição de políticas públicas e com o envolvimento cívico são diferentes em toda a Europa:

Existem grandes divergências na União Europeia em termos de história, sistemas políticos, políticas e perspetivas. Apesar de ser vital a existência de uma abordagem pan-europeia a esta questão, não deixa de ser importante definir características nacionais, ou até regionais, para os diferentes cursos. Para elaborar um curso com um conceito e um currículo ajustados às necessidades dos grupos-alvo, existem parceiros na Alemanha, República Checa e Bulgária que, desde o início de 2013, têm desenvolvido intensas pesquisas a nível nacional (circunstâncias específicas, necessidades e desejos dos grupos-alvo em zonas rurais, etc.). Os vários parceiros partilharamos resultados deste trabalho num seminário realizado no verão de 2013, que lançou as bases para este conceito que pode ser aplicado em toda a Europa.

Desafios específicos dos diferentes países

O finep, fórum para o desenvolvimento e planeamento internacional, identificou os seguintes desafios enfrentados especificamente pelas comunidades rurais **alemãs** em termos de participação pública e envolvimento cívico:

- Existe uma grande incompatibilidade entre as expetativas mútuas de políticos locais, cidadãos e funcionários públicos.
- A existência de uma proximidade "espacial" entre os atores que se constitui, simultaneamente, como um ótimo recurso e como um grande risco para a interação (por exemplo, o controlo social pode impedir as pessoas de expressarem a sua própria opinião).
- Uma falta de entendimento relativamente às abordagens estratégicas de longo prazo e à necessidade de fomentar a participação com base em conceitos claros e transparentes.
- Uma falta de conhecimento e experiência por parte dos políticos e dos funcionários públicos relativamente à forma de apoiar o envolvimento cívico e a participação pública.
- A crescente necessidade de uma perspetiva mais regional sobre o desenvolvimento municipal que, atualmente, é difícil de alcançar devido a culturas políticas limitadas.



Os parceiros da **República Checa**, Agora Central Europe and MAS Broumovsko, identificaram as seguintes questões enfrentadas pelas comunidades rurais do seu país em termos de participação pública e envolvimento cívico:

- Autoridades locais com fundos, competências e experiência insuficientes no âmbito do envolvimento cívico e da participação pública.
- A falta de um enquadramento legislativo orientador claro para tornar a administração pública mais ativa na área da participação pública.
- O carácter limitado da comunicação e cooperação regional - as relações pessoais entre os atores (por exemplo, políticos, empreendedores, líderes de ONGs) são muitas vezes perturbadas pelo facto de terem existido más experiências no passado.
- O baixo valor atribuído à educação ao longo da vida é aparente, especialmente na área da participação pública e das competências pessoais (soft skills). A oferta em termos de ensino superior está geralmente centrada nas zonas urbanas.
- A desconfiança dos cidadãos perante novas ideias e métodos (muitas vezes agravada pela desconfiança e frustração provocadas pelas falhas de governação a nível nacional e europeu).
- Uma considerável falta de capital social nas regiões subdesenvolvidas. Esta circunstância ocorre frequentemente em regiões com um património histórico específico (legados dos regimes e das políticas da era comunista, regiões fronteiriças de onde a maioria dos habitantes foi expulsa depois da 2ª Guerra Mundial).

A Balkan Assist Association, centrada nas comunidades rurais da **Bulgária**, revelou os seguintes desafios:

- Os cidadãos enfrentam problemas no acesso às decisões e medidas tomadas pelas autoridades locais devido à distância em relação aos centros administrativos.
- Os cidadãos sentem-se muitas vezes excluídos da vida pública, por exemplo, devido à falta de centros comunitários que funcionem corretamente nas zonas rurais.
- Insuficiências na sensibilização para a necessidade de melhorar o envolvimento cívico e a participação pública e para a necessidade de encorajar as pessoas a tornarem-se cidadãos ativos como forma de promover o desenvolvimento sustentável.
- A falta de formação no âmbito do envolvimento cívico e da participação pública.
- São necessárias alterações à legislação local para permitir a criação de incentivos à participação pública e para acelerar o processo de descentralização (subsidiaridade) na Bulgária.

O projeto parceiro português Monte Desenvolvimento Alentejo Central identificou as seguintes questões aplicáveis às comunidades rurais de **Portugal**:

- Desconfiança dos cidadãos face aos políticos e às suas decisões.
- A diminuição do número de associações que funcionam como estruturas para o debate e a reflexão intergeracionais.



- A falta de informação (por exemplo, a ausência de agendas ou documentos que contenham informação de base) impede os cidadãos de participarem de forma adequada em debates temáticos.
- As diferenças entre o vocabulário utilizado pelos políticos e pelos cidadãos cria um fosso entre as abordagens regional e local aos problemas.
- Dificuldades em termos de reflexão e tomada de decisões estratégicas.
- A necessidade de identificar objetivos claros para as sessões de participação pública.
- A falta de metodologias que permitam agilizar as reuniões por forma a alcançar resultados.

Foram identificados mais alguns desafios específicos associados às comunidades rurais da **Estónia** pelo Jaan Tonissoni Instituut:

- As pessoas mostram pouco interesse em assuntos relativos a políticas públicas e passividade face ao diálogo público.
- O "efeito de eliminação" do excesso de burocracia na iniciativa dos cidadãos.
- Em certos casos, a corrupção diminui a disponibilidade popular para cooperação com a governação local.
- Uma reforma da governação local morosa e mal gerida constitui-se como um entrave à participação pública.
- A falta de oportunidades de formação no âmbito do envolvimento cívico e da participação pública.

Cursos individuais a nível nacional

A este trabalho conceptual realizado a nível europeu seguiu-se um trabalho individual a nível nacional. Os parceiros alemães, checos e búlgaros elaboraram currículos nacionais baseado no conceito conjunto. Foi realizada uma avaliação conjunta com base em três cursos de teste individuais. Esta é a base para uma implementação bem sucedida noutros contextos europeus.



3. Descrição do Curso

3.1 Objetivos

O objetivo específico do projeto foi o de desenvolver, testar e divulgar um curso integrado para a formação conjunta de políticos locais, funcionários públicos e cidadãos no âmbito da promoção do envolvimento cívico e da participação pública. Com a ajuda de um curso de formação desenvolvido especialmente para o efeito, os grupos-alvo deveriam adquirir mais conhecimentos sobre as alterações de relevo que estão a acontecer na sociedade e os consequentes desafios que as pequenas comunidades rurais são obrigadas a enfrentar. Deveriam, especificamente

- Aprender mais acerca de casos exemplares atuais de integração entre administração local e sociedade civil.
- Ter uma maior capacidade de gerir tarefas complexas em contextos com múltiplos atores.
- Ter uma maior consciência acerca dos papéis, responsabilidades e expectativas dos outros.

Esperávamos que os grupos-alvo tivessem os seguintes benefícios:

Benefícios para as autoridades locais

Os políticos e funcionários públicos locais irão adquirir conhecimentos e partilhar experiências sobre a forma de promover a cidadania ativa, sobre a forma de encorajar os cidadãos a envolverem-se na participação política e sobre a forma como podem contribuir através do desenvolvimento de soluções inovadoras para as zonas rurais baseadas no envolvimento cívico. Estas competências irão contribuir para a criação de um ambiente favorável que encoraja o envolvimento dos cidadãos.

Benefícios para a sociedade civil

Os cidadãos terão a noção daquilo que a administração pode e deve fazer para criar condições de base que favoreçam o seu envolvimento ativo, seja como voluntários em iniciativas que servem o interesse público, seja como colaboradores no planeamento e na tomada de decisões sobre políticas e questões de interesse público.

Benefícios da aprendizagem conjunta

Um ambiente de aprendizagem colaborativo gera um maior entendimento por parte de todos os atores acerca dos seus respetivos papéis, contribuindo assim para a prevenção de conflitos e para a criação de relações estáveis entre os três grupos de atores nos seus diferentes contextos locais.

3.2 Grupos-alvo

O projeto dirigiu-se a dois grupos-alvo: os três atores que moldam a cidadania enquanto "agentes de mudança" nas zonas rurais (3.2.1) e as entidades com oferta de oportunidades de formação (3.2.2).

3.2.1. Políticos locais, funcionários das administrações públicas e cidadãos

O curso forneceu orientações aos responsáveis por assegurar o envolvimento dos cidadãos que ainda não têm muita experiência no âmbito da conceção de processos participativos. O curso destina-se ainda aos atores que têm de agir em condições estruturais específicas prevaletentes



em zonas rurais. O projeto dirigiu-se aos multiplicadores com capacidade de funcionarem como agentes de mudança na promoção da cidadania ativa, no sentido de encorajarem os cidadãos a fazerem voluntariado com vista ao bem-estar público, e a outros decisores que deviam ser estimulados para acolherem a participação dos cidadãos e para criarem condições estruturais mais favoráveis para que esta aconteça.

A lógica subjacente à abordagem conjunta dos atores locais

Dar aos decisores políticos, aos funcionários das administrações públicas e aos cidadãos a oportunidade de se encontrarem em pé de igualdade deveria ajudá-los:

- A conhecerem-se pessoalmente.
- A perceberem que talvez estejam a enfrentar os mesmos problemas e a identificarem interesses comuns.
- Criar uma consciência sobre os papéis, responsabilidades e limitações de cada um.
- Partilhar pontos de vista.
- Falar a mesma linguagem.
- Fazer um intercâmbio de boas práticas..
- Encontrar soluções partilhadas.

Participantes seleccionados a nível regional e nacional

Uma vez que os contextos social, económico e político diferem de país para país, os grupos-alvo foram reunidos a nível nacional ou regional.

Na **Alemanha** (Baden-Württemberg) esperávamos chegar aos representantes das associações locais ligadas à música, cultura, desporto, etc.. Dado que são os principais promotores da vida social e cultural das aldeias e tendo em conta que a continuidade do envolvimento depende, em grande medida, da participação das gerações mais jovens, contávamos que estivessem altamente motivados para se familiarizarem com novos conhecimentos e competências.

Relativamente ao setor político, pretendíamos atrair os interesse dos autarcas locais na participação, apesar de termos a consciência de que para representantes políticos a trabalhar em regime de voluntariado, uma formação "adicional" representa um "esforço adicional" em prol da comunidade local. Por isso, podiam ser difíceis de convencer.

Esperávamos que os participantes provenientes da administração local trabalhassem essencialmente em departamentos de organização interna ou ocupassem cargos ligados à criação ou promoção de atividades cívicas/de voluntariado no âmbito da agenda 21 local. Neste contexto, a figura conhecida como "*Ortsvorsteher*" revelou ter um caráter especial. Enquanto presidente da assembleia distrital eleita, representa a vontade política dos habitantes do distrito, ao mesmo tempo que é responsável pela implementação de decisões políticas em nome do presidente da câmara.

Os grupos escolhidos na **República Checa** foram semelhantes aos escolhidos na Alemanha. A diferença reside no facto de ter sido considerada uma área geográfica mais específica, a região de Broumov. Foram convidados cidadãos comuns e voluntários ativos (que trabalham, por exemplo, em corporações de bombeiros voluntários, coros, etc.) dessa região. A expressão "cidadãos comuns" refere-se a pessoas que, não integrando as associações locais, são ativas ou importantes no contexto da vida social e cultural da zona (por exemplo, professores, empreendedores).



Ao falarmos em políticos queremos referir-nos aos representantes eleitos pelos cidadãos. Nos municípios mais pequenos, os representantes e os cidadãos ativos são, muitas vezes, as mesmas pessoas. Foi por esse motivo que procurámos atrair os presidentes das câmaras (dado que ocupam o único cargo remunerado a nível da administração local) destes municípios, além de outros membros da assembleia, uma vez que se constituem como os principais decisores políticos dos municípios. Além disso, costumam ser mais experientes em questões relacionadas com a administração pública.

Apenas existem administradores locais em três cidades da região de Broumov. Os restantes municípios são politicamente independentes, mas as questões administrativas são geralmente resolvidas pelo Presidente da Câmara e pelo seu gabinete. Ao enviarmos os convites às administrações locais, fizemos um esforço especial para convidar os representantes dos departamentos responsáveis pela componente estratégica do planeamento (urbano) e da comunicação.

O grupo-alvo da **Bulgária** apresenta uma série de diferenças relativamente aos da Alemanha e da República Checa. Em termos do setor político, centrámo-nos sobretudo nos presidentes das câmaras de cidades/vilas de menor dimensão, nos seus representantes e nos membros das câmaras municipais que dão apoio ao presidente da câmara. Geralmente, estas pessoas conseguem recorrer a redes políticas alargadas e têm experiência em termos de trabalho com diversas instituições municipais. Neste sentido, são importantes defensores potenciais do envolvimento cívico e da participação pública. Contudo, também pretendíamos contar com os membros ativos das autarquias locais como participantes.

As associações locais e regionais são tão importantes como os políticos. De um modo geral, esforçámo-nos, por um lado, em atrair participantes ativos que já estivessem envolvidos em processos de desenvolvimento locais, mas que ainda não fossem profissionais. Por outro lado, quisemos atrair participantes que lidam com a grande diversidade de desafios enfrentados pelas aldeias búlgaras em termos de desenvolvimento (por exemplo, representantes-chave dos interesses do número crescente de residentes reformados, das necessidades especiais das pessoas com deficiência ou dos interesses da Igreja Ortodoxa Búlgara e da comunidade católica de Belene).

Análise de riscos: abordar participantes a nível local

Apesar de a necessidade de um curso conjunto ser clara e estar comprovada, permanecem alguns riscos associados à formação:

- Em geral, a escassez de recursos (especialmente os que são disponibilizados aos representantes da sociedade civil) pode fazer com que seja difícil percorrer grandes distâncias para chegar ao local da formação.
- As diferentes rotinas diárias dos vários participantes podem impedir a sua participação num único curso comum.
- Caso os participantes não percebam que podem aprender uns com os outros, não irão utilizar esse potencial.
- Apesar de a organização de um único curso conjunto ter sido concebida para facilitar a compreensão dos vários atores no que diz respeito aos diferentes papéis envolvidos neste processo, esta mesma diversidade pode desencorajar a participação dos membros do grupo-alvo. Os participantes podem não ter vontade de interagir e falar em frente de pessoas que desempenhem outros papéis.



Na verdade, não há nada que os organizadores do curso possam fazer para assegurar uma composição equilibrada em termos de participantes. Exigimos participação de um mínimo de três representantes de cada grupo de atores para garantir que o diálogo é eficaz e a aprendizagem é mútua.

Abordagens de redução de risco

Os exemplos seguintes podem dar uma primeira ideia sobre a forma de lidar com os riscos. Pretendia-se que a avaliação do curso experimental indicasse se as estratégias tinham ou não ajudado:

- A salientar os "pontos de interesse" específicos de cada grupo.
- A promover o curso de várias formas, de acordo com os diferentes grupos-alvo, nomeadamente através de convites pessoais.
- A realçar o carácter distintivo do curso de modo a deixar clara aos potenciais participantes a ideia de que se destacam da multidão.
- A salientar o facto de que, apesar de estarem em pé de igualdade, os participantes retirarão benefícios da alternância entre os papéis de perito e principiante.

3.2.2. Instituições com oferta de serviços de formação e informação

Os centros de educação cívica, as fundações políticas e as organizações tutelares para o envolvimento cívico, as instituições de desenvolvimento regional (por exemplo, parques naturais, reservas MAB) e os institutos de formação de funcionários públicos são consideradas como o segundo grupo-alvo para a divulgação e exploração do curso. O conceito e o currículo do curso devem permitir que os membros destes grupos deem resposta à crescente procura pela aprendizagem de percursos adequados rumo a uma maior participação.

Foi estabelecido um diálogo preliminar com os representantes no âmbito da análise de necessidades e foi organizada uma conferência pública no quadro do projeto por forma a suscitar o seu interesse e a motivar a reflexão sobre o ponto de vista promovido pelo projeto. Este impacto é reforçado pelo facto de os parceiros da Estónia e de Portugal promoverem o conceito e o currículo do curso, conduzindo assim o debate para um contexto europeu mais alargado.

3.3 Estrutura organizativa

Os testes experimentais realizaram-se durante a primeira metade de 2014, duraram cerca de 30 horas e assumiram diferentes formatos. Os três currículos estão disponíveis em: www.quapro.

O número de participantes nunca excedeu os 25, assegurando-se assim a participação ativa e resultados de aprendizagem positivos para todos os envolvidos. Na **Alemanha**, o curso realizou-se em três locais diferentes na zona de Baden-Württemberg, com a cooperação da Academy of Rural Affairs. No caso da **República Checa**, o local escolhido para a realização do curso foi Broumovsko (onde a MAS Broumovsko+ tem as suas redes e canais). Na **Bulgária**, o curso experimental realizou-se a nível nacional e contou com participantes oriundos de nove municípios de diferentes partes do país.



3.4 Conteúdos do curso

Na **Alemanha, República Checa e Bulgária** procurou-se que o curso utilizasse contributos, metodologias e exercícios que permitissem aos participantes avaliarem a situação em termos de participação dos cidadãos e envolvimento cívico nas suas próprias comunidades. Partindo desta base, deviam propor (de acordo com a sua função e motivação) passos adequados que poderiam ser dados para melhorar o desenvolvimento da comunidade. Este tema central foi sustentado pelo estudo de exemplos integradores de boas práticas, quer em áreas temáticas, quer através do recurso a metodologias de coaching para fomentar a aprendizagem mútua.

Em geral, os participantes adquiriram mais conhecimentos relacionados com as alterações sociais ocorridas em pequenas comunidades rurais, com os desafios a elas associados e com casos exemplares atuais de integração entre administração local e sociedade civil. Mais especificamente, os parceiros concordaram que os tópicos seguintes eram partes essenciais do curso:

Bases do enquadramento legal: direitos e deveres dos cidadãos, autarcas e funcionários públicos e responsabilidades associadas aos diferentes papéis desempenhados pelos atores.

Orçamentos: orçamento municipal, processo de elaboração e meios de debate, formas alternativas de aumentar o rendimento local (parcerias público-privadas, fontes de financiamento da UE e nacionais).

Definição de um esquema lógico de objetivos e de formas de monitorizar os desenvolvimentos futuros.

Metodologias e instrumentos de diálogo público e gestão de processos: questões de facilitação e organização, avaliação do melhor momento para aplicar uma determinada metodologia. Formas de integrar um público mais alargado no debate. Formas de ultrapassar dificuldades em processos participativos.

Envolvimento cívico: métodos inovadores para envolver os cidadãos e chegar a uma vasta população, conhecimentos básicos sobre as alterações sociais, métodos de cooperação entre diferentes grupos.

Os projetos como ferramentas de cooperação: ferramentas para a análise da situação local (por exemplo, a análise das partes envolvidas) e definição de prioridades, planeamento de projeto e gestão de projeto, cooperação entre sociedade civil e autoridades locais para o desenvolvimento de comunidades locais.

Conhecimento de técnicas de informação: comunicação através de redes sociais, canais e instrumentos de consulta e feedback, instrumentos para a elaboração de campanhas e relações públicas.

Conhecimento e competências na área da comunicação: teoria da comunicação, metodologia para a eficácia do trabalho em grupo, abordagens metodológicas à mudança de perspetivas, à comunicação entre diferentes grupos-alvo e à resolução de conflitos, abordagem a diferentes grupos-alvo.



Contudo, a nível nacional, os currículos dos três cursos apresentam diferenças resultantes da análise de necessidades.

No caso da **Alemanha**, procurou-se que o curso abordasse o tópico do “desenvolvimento da comunidade” a partir de ângulos temáticos diversos. Ao abordarmos a maior parte dos aspetos acima referidos, pretendemos, por um lado, integrar os vários conhecimentos e experiências dos participantes e, por outro lado, clarificar a origem dos problemas, equívocos e disfunções existentes nas zonas rurais. Contudo, ao darmos ênfase às necessidades de aprendizagem específicas reveladas pelas análises de necessidades nacionais, a introdução de métodos, instrumentos e processos incidiu sobre métodos de fácil aplicação em comunidades de pequena dimensão e sobre as formas de apoiar e alargar o envolvimento cívico.

Na **República Checa**, o curso não abrangeu explicitamente todos os tópicos referidos acima. Centrâmo-nos sobretudo na comunicação, na conceção de projetos e no planeamento. Estes tópicos eram componentes essenciais do seminário e são necessários para o envolvimento cívico e para o desenvolvimento das comunidades. Outros tópicos como o enquadramento legal da participação pública ou os orçamentos municipais não foram tratados em nenhuma sessão específica, mas abordados de forma implícita em debates ou como critérios de viabilidade do projeto.

Para o grupo-alvo específico da **Bulgária**, os temas e as questões que suscitaram interesse e revelaram necessidades formativas foram, em particular, a melhoria da comunicação entre as autoridades locais e os residentes e o desenvolvimento da relação entre administrações autárquicas, centros municipais e o governo central, um elo que está quebrado impedindo a comunicação sistemática e o fluxo de informação. Além disso, é importante salientar determinadas questões: Como é que se pode mobilizar os cidadãos? Como é que se pode garantir a sustentabilidade do desenvolvimento da comunidade?

No caso de **Portugal**, em geral, pareceu-nos que o conceito deveria proporcionar uma abordagem abrangente aos principais problemas enfrentados pelos territórios rurais. No entanto, no território da Monte ACE, faria sentido introduzir aspetos práticos que deveriam ser abordados durante a formação, por forma a aumentar a participação das diferentes partes envolvidas. Um exemplo prático poderia ter a ver, por exemplo, com o modo de definir um orçamento participativo ou de criar uma Agenda 21 para a comunidade.

A principal questão a abordar na **Estónia** é a da cooperação entre a sociedade civil e as autoridades locais com vista ao desenvolvimento das comunidades locais. Os exemplos de boas práticas no âmbito da participação pública e do envolvimento cívico são sempre tópicos de interesse. Além disso, existe uma necessidade constante de competências na área de planeamento de projeto e gestão de projeto. Numa primeira instância, esta circunstância resulta, não do baixo nível de conhecimentos da população rural, mas de alterações frequentes às condições dos projetos.

3.5 A nossa abordagem à educação de adultos

O princípio subjacente à educação livre de adultos é o de que esta não pretende converter os alunos a uma determinada lógica, nem fazê-los memorizar determinados factos. Em vez disso, ao dar ao aluno uma base de conhecimentos alargada próxima dos seus próprios interesses, o curso permite-lhes analisar a situação na qual trabalham a partir de diversos pontos de vista, refletir e



pensar de forma crítica sobre essa situação e criar uma opinião pessoal que irá alimentar a tomada de decisões e novas medidas.

Não existem soluções pré-fabricadas

Refletindo estas ideias, o conceito do curso não apresenta soluções pré-fabricadas para o modo como as comunidades devem proceder por forma a envolverem os seus cidadãos nas questões de interesse público. Pelo contrário, procura alargar o conhecimento e o entendimento que os alunos têm acerca dos desafios futuros que as zonas rurais podem vir a enfrentar e da variedade de respostas possíveis que se abrem aos atores neste contexto. O objetivo final é o de fazer com que as pessoas que participam no curso possam tomar decisões sobre o modo de encorajar a comunicação e a cooperação locais, criando uma frente unida para enfrentar problemas futuros.

Os alunos adultos têm experiência

O conceito do curso tem em consideração as exigências específicas dos alunos adultos que, em comparação com as crianças, têm um repositório de experiência e competências do qual podem tirar partido. É igualmente importante que o curso permita aos participantes escolherem a sua própria forma de avançar. Por isso, o curso vai de encontro aos problemas, necessidades, interesses e expectativas dos participantes. Esta é a única forma de os manter motivados.

Benefícios diretos para a solução de problemas locais

Esta questão é de extrema importância, uma vez que a participação cívica e o envolvimento cívico são sempre aspetos suplementares da vida quotidiana. Mesmo a decisão de passar algum tempo a adquirir conhecimentos e competências adicionais deveria conduzir a um “alívio” imediato, ou seja, o curso não se centra em aprendizagens teóricas na área do “saber”, mas nas ideias de aprender a “estar” (numa função/num cargo) e de aprender a “agir” num determinado contexto social e político. O curso pretende fazer com que os participantes relacionem as competências recém-adquiridas com os desafios que enfrentam, identifiquem a aplicabilidade daquilo que estão a aprender, assumam um papel ativo no processo de aprendizagem e encontrem eles próprios a solução para os problemas.

Oportunidades de aprendizagem mútua

Este processo é consideravelmente favorecido pela oportunidade de aprendizagem mútua. Cada grupo de atores – os decisores políticos, os membros da administração pública e os cidadãos – tem um ponto de vista diferente sobre o problema em causa. Esta circunstância fomenta debates ativos sobre a procura de soluções e a aprendizagem ativa. Ao conjugar a nova informação com a experiência adquirida dos alunos, o curso pretende tirar partido da experiência existente, em vez de transmitir informações inteiramente novas. Ao evitar julgar as experiências e abordagens passadas dos participantes, reduz-se o potencial para a sua alienação.

Os benefícios da prática e do trabalho em rede

É dada uma grande ênfase à realidade na qual os participantes estão envolvidos. Tirar partido da experiência prática dos participantes (que são todos provenientes de contextos diferentes) facilita



a experiência de aprendizagem mútua. O recurso a exemplos retirados da experiência dos participantes contribui para uma experiência de aprendizagem clara e relevante. Os criadores do curso têm a esperança de que os contactos feitos neste âmbito se mantenham, dando assim origem a redes.

4. Transferibilidade

Desligar o valor acrescentado do sistema político

Considerando o facto de o projeto ter uma perspetiva claramente europeia (ver capítulo 2), os parceiros do consórcio acreditam que, ao facilitar a aprendizagem mútua entre três grandes grupos de atores, tanto ao nível do envolvimento cívico, como da participação política, se está a criar valor acrescentado nas zonas rurais. Esta circunstância é completamente independente do sistema político e do contexto cultural em que esta abordagem é utilizada. Para confirmar esta hipótese, têm de ser incluídas diferentes perspetivas e experiências a nível europeu. Este é o motivo pelo qual foram recolhidos, analisados e integrados no conceito os contributos e as experiências de cinco países da UE muito diferentes entre si (estados-membros recentes e antigos, diferentes sistemas políticos e diferentes níveis de experiência em termos de participação cívica a nível nacional). Em vez de se centrarem num manual de formação estanque, os parceiros do projeto tentam promover um conceito para uma abordagem europeia comum orientada para a aprendizagem dos papéis desempenhados por diferentes atores na promoção da cidadania ativa em zonas rurais.

Abordagens variáveis com potencial de adaptação

Com base neste conceito, os currículos nacionais podem e devem ser desenvolvidos de forma a terem em conta as especificidades de cada país, aumentando assim os resultados de aprendizagem obtidos pelos participantes. Devido às diferenças existentes a nível de contextos educativos, políticos e culturais entre os vários estados-membros, os currículos serão diferentes, fornecendo assim uma grande variedade de abordagens que podem ser reproduzidas. Esta variedade garante que o currículo pode ser adaptado a outros países da UE com características semelhantes.

Seminários de transferência na Estónia e em Portugal

Para facilitar este processo, os parceiros do projeto irão apresentar e discutir a experiência obtida através dos testes experimentais realizados na Alemanha, Bulgária e República Checa com peritos de Portugal e da Estónia no início de 2015.

Posteriormente, o sucesso da transferibilidade será aferido por comparação com os factos

- 70% dos participantes nos seminários realizados em Portugal e na Estónia confirmam que este contributo abriu novas perspetivas sobre a formação conjunta e sobre a educação para a participação cívica em zonas rurais.
- O conceito do curso será apresentado em três conferências (uma na Alemanha, outra na Bulgária e a terceira na República Checa) e através de dez artigos impressos ou online (pelo menos dois em cada um dos países participantes).



Tornar-se um Agente de Mudança para a Cidadania Rural -
Um Programa de Qualificação para Zonas Rurais Europeias



Este artigo foi financiado com o apoio da Comissão Europeia e da Baden-Württemberg Foundation. O documento reflete apenas os pontos de vista da equipa do projeto e, nem a Comissão, nem a Baden-Württemberg Foundation podem ser responsabilizados por qualquer utilização que possa ser feita das informações nele contidas.